j) Duração e Horário de Trabalho na Administração Pública — D.L. n. 259/98, de 18/08 (alterada pelo D.L. n.º 169/06, de 17/08);

l) Regime Jurídico do Sector Empresarial Local — lei n. 53-F/06, de 29/12;

11.3 — Entrevista profissional de selecção (EPS) — os candidatos admitidos na sequência da aplicação dos métodos anteriormente definidos serão convocados para uma entrevista profissional de selecção, a qual terá a duração máxima de 30 minutos e visará avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos, de acordo com as exigências e responsabilidades ao exercício da função do lugar a prover, sendo a mesma valorada de 0 a 20 valores, mediante a ponderação dos parâmetros a seguir mencionados, classificada com base na seguinte fórmula:

$$EPS = (a + b + c + d + e): 5$$

em que:

a = interesse e motivação profissionais.

b = capacidade de comunicação e expressão.

c = capacidade de organização e inovação.

d = sentido de responsabilidade.

e = conhecimento dos problemas e tarefas inerentes ao conteúdo funcional do lugar a prover.

12 — A falta de comparência dos candidatos a prova oral de conhecimentos e ou a entrevista profissional de selecção determina a sua exclusão.

13 — A classificação final (CF), expressa numa escala de 0 a 20 valores, resultará na média aritmética das classificações obtidas em cada um dos métodos de selecção atrás referidos por aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = (AC + POC + EPS): 3$$

14 — Em caso de igualdade serão aplicados os critérios de preferência estabelecidos na lei.

15 — Os critérios de apreciação e ponderação a utilizar na aplicação dos diversos métodos de selecção, bem como o sistema de classificação final, constam de acta de reunião do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

16 — As Publicações da relação de candidatos ao concurso e lista de classificação final serão efectuadas nos termos dos artigos 33.º, 34.º e 40.º do D.L. n. 204/98, de 11/07.

17 — A composição do júri e a seguinte:

Presidente — António Luís Machado Olaio, vice-presidente da Câmara Municipal de Alfandega da Fé.

1 — Vogal efectivo — Dr. João Paulo Mendes Fraga, chefe de Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal de Mirandela, que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos;

2 — Vogal efectivo — Dr. Vicente António Fernandes Seixas, Chefe da Divisão Financeira, em regime de substituição, da Câmara Municipal de Alfandega da Fé;

1 — Vogal suplente — Arquitecto Rui Amílcar Dias Martins Gonçalves, chefe de Divisão de Urbanismo da Câmara Municipal de Alfandega da Fé;

2 — Vogal suplente — Dr. Maria da Conceição Bastos Pereira, chefe de Divisão de Desenvolvimento Económico e Social da Câmara Municipal de Alfandega da Fé.

18 — Regime de Estágio — o estágio tem carácter probatório, com a duração de um ano e desenvolve-se em regime de contrato administrativo de provimento, nos termos do artigo 5.º do D.L. n. 265/88, de 28/06.

18.1 — O júri do estágio será o mesmo do presente concurso.

18.2 — A avaliação final do estágio será feita com base nos seguintes elementos:

a) Relatório final de estágio, a apresentar pelo estagiário no prazo de 30 dias após o seu término;

b) Classificação de serviço obtida durante aquele período e, sempre que possível, os resultados da formação profissional.

19 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidade entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando, escrupulosamente, no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

3 de Dezembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *João Carlos Pontes Figueiredo Sarmento*.

2611070523

CÂMARA MUNICIPAL DE ALVAÍAZERE

Aviso n.º 24870/2007

Para os devidos efeitos se torna público que, de harmonia com a deliberação desta Câmara Municipal tomada em reunião de 8 de Agosto último e face à Reorganização dos Serviços deste Município, publicada na 2.ª série do *Diário da República* — 2º Suplemento, número 141, de 24 de Julho deste ano, são mantidas as comissões de serviço dos titulares dos cargos de direcção intermédia de 2º grau, Maria Amália Cunha da Silva Carvalho Rodrigues e Eng. José Luís Alves de Carvalho, passando a dirigir, respectivamente, a Divisão Administrativa e a Divisão de Urbanismo, Edificação e Serviços Urbanos, até ao terminus das suas comissões de serviço.

26 de Setembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Paulo Tito Morgado*.

2611070497

CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAMAR

Aviso n.º 24871/2007

Concurso externo de ingresso para provimento de três lugares de técnico superior de 2.ª classe (estagiário) de contabilidade e administração, engenharia zootécnica e sociologia

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 05 de Novembro de 2007, e usando da competência que me confere a alínea *a*) n.º 2 do artigo 68º, do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, se encontra aberto concurso externo de ingresso para três técnicos superiores de 2ª classe — estagiários, pertencentes ao grupo profissional técnico superior, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

Nos termos do artigo 41º da lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, foram efectuadas consultas na BEP nos dias 06 e 09 de Novembro do ano em curso e emitidas pela DGAEP, por ofícios n.ºs 8759, 8879 e 9250 de 07, 12 e 22 de Novembro do ano em curso, respectivamente, as declarações de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial com o perfil para os lugares pretendidos, postos a concurso.

O concurso é aberto nas seguintes condições:

Concurso referência I — 1 lugar da carreira / categoria de Técnico superior de 2ª classe (Estagiário) de Contabilidade e Administração;

Concurso referência II — 1 lugar da carreira / categoria de Técnico Superior de 2ª classe (Estagiário) de Engenharia Zootécnica;

Concurso referência III — 1 lugar da carreira / categoria de Técnico Superior de 2ª classe (Estagiário) de Sociologia.

1 — Quota de emprego: nos termos do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, o candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal. Estes devem declarar no requerimento de admissão ao concurso, sob compromisso de honra, o respectivo grau de incapacidade e tipo de deficiência, bem como as respectivas capacidades de comunicação/expressão a utilizar no processo de selecção, nos termos dos artigos 6º e 7º do diploma supramencionado.

2 — O concurso é válido para as vagas anunciadas, cessando com o seu preenchimento.

3 — O local de trabalho é na área e edifício sede do município de Armamar.

4 — O conteúdo funcional dos lugares a prover é o descrito no mapa anexo ao Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 247/87, de 17 de Junho (caracterização genérica).

5 — O concurso rege-se pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, que adaptou à administração local o Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, Decreto-Lei n.º 353-A/89 de 16 de Outubro, Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela lei n.º 44/99, de 11 de Junho, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro e Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho.

6 — O vencimento é o correspondente ao escalão 1, índice 321, do sistema retributivo da função pública, fixado em 1 048,87€ e as condições de trabalho e regalias sociais as genericamente vigentes para a função pública.

7 — Condições de candidatura — podem candidatar-se os indivíduos que até ao fim do prazo de candidaturas satisfaçam os seguintes requisitos:

7.1 — São requisitos gerais de admissão os mencionados no artigo 2º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho.

7.2 — São requisitos especiais — Possuir a licenciatura em contabilidade e administração (concurso referência I); licenciatura em engenharia zootécnica (concurso referência II) e licenciatura em sociologia (concurso referência III), conforme dispõe a alínea *d*), n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com a redacção dada pela lei n.º 44/99, de 11 de Junho.

8 — Na selecção dos concorrentes serão utilizados os seguintes métodos de selecção: prova teórica de conhecimentos gerais e específicos, complementada com a entrevista profissional de selecção.

9 — A prova teórica de conhecimentos gerais e específicos terá a forma escrita, com duração de 120 minutos e versará sobre as matérias constantes nos seguintes diplomas:

Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro (Estatuto disciplinar); Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março e suas alterações (Regime de Férias, Faltas e Licenças); lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro (Quadro de competências e regime jurídico do funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias); Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro (Código do Procedimento Administrativo — CPA); Decreto-Lei n.º 27/96, de 1 de Agosto (Regime jurídico da tutela administrativa); lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Finanças Locais); Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de Abril (modernização administrativa); Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais — POCAL) e suas alterações; Constituição da República Portuguesa (actualizada à 7.ª Revisão Constitucional/2005); lei n.º 10/2004, de 22 de Março, Decreto Regulamentar n.º 19-A/2004, de 14 de Maio e Decreto-Lei n.º 6/2006, de 20 de Junho (Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho da Administração Pública / Local — SIADAP); lei n.º 173/99, de 21 de Setembro (Lei de Bases Gerais da Caça); Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de Agosto (regulamenta a lei n.º 173/99, antes referida) e ulteriores alterações; Regulamento Municipal da Caça de Armamar; Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de Junho.

10 — A entrevista profissional de selecção — terá a duração máxima de 40 minutos e destina-se a avaliar numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos para o desempenho do lugar, ponderando os seguintes factores:

- a) Sentido crítico;
- b) Criatividade e iniciativa;
- c) Responsabilidade, interesse e motivação;
- d) Comunicabilidade (clareza, ordem e método).

11 — De acordo com o disposto no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, em conjugação com o artigo 18.º do mesmo normativo legal, os critérios de avaliação serão constituídos pelos parâmetros e ponderação seguintes.

a) Prova escrita de conhecimentos gerais e específicos — valorável numa escala de 0 a 20 valores,
b) Entrevista profissional de selecção — traduzir-se-á nas seguintes menções qualitativas e respectiva quantificação:

Favorável preferencialmente	18 a 20 valores
Bastante favorável	16 a 17 valores
Favorável	12 a 15 valores
Favorável com reservas	9 a 11 valores
Não favorável	4 a 08 valores

12 — A classificação final será apurada numa escala de 0 a 20 valores, pela média ponderada das classificações obtidas nos métodos de selecção, por aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = \frac{PTC + EPS}{2}$$

em que:

CF = classificação final
PTC = prova teórica de conhecimentos
EPS = entrevista profissional de selecção

13 — O local, data e hora da realização das provas de selecção, será oportunamente comunicado aos candidatos.

14 — As candidaturas serão formuladas mediante requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Armamar, o qual pode ser remetido pelo correio, com aviso de recepção, ou entregue pessoalmente, na Câmara Municipal até ao termo do prazo fixado, devendo constar obrigatoriamente:

a) Identificação completa: nome, filiação, nacionalidade, estado civil, naturalidade, data de nascimento, habilitações literárias e profissionais;

b) Número e data do Bilhete de Identidade e serviço emissor, número fiscal de contribuinte, residência, código postal, telefone e situação militar, identificação do concurso a que se candidata, mediante referência ao *Diário da República* onde foi publicado o aviso;

c) Quaisquer outros elementos que possam ser relevantes para apreciação do seu mérito ou susceptíveis de constituírem motivo de preferência legal, devendo apresentar documentos comprovativos, sob pena de não serem considerados.

15 — O requerimento será acompanhado dos seguintes documentos:

a) Os comprovativos dos requisitos gerais citados no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98 de 11 de Julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, estão dispensados de apresentação se o candidato declarar, sob compromisso de honra, a situação precisa em que se encontra relativamente a cada um deles;

b) Dos comprovativos dos requisitos especiais a que se refere a alínea *d*) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98 de 18 de Dezembro, alterado pela lei n.º 44/99 de 11 de Junho (certificado de habilitações literárias).

16 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação que descrever, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

17 — Dando cumprimento ao despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março do Ministro-Adjunto do Ministério da Reforma do Estado e da Administração Pública e da Ministra da Igualdade, declara-se que: em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição da República, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na promoção profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

18 — As listas dos candidatos admitidos, excluídos e de classificação final, bem como qualquer outra tramitação inerente ao concurso, obedecerão ao disposto no Decreto-Lei n.º 204/98 de 11 de Julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho.

19 — Constituição de júri:

Concurso referência I:

Presidente: João Paulo Soares Carvalho Pereira da Fonseca, vice-presidente, que será substituído nas faltas e impedimentos pelo 1.º vogal efectivo.

Vogais efectivos: António Manuel Almeida Rego da Silva, vereador e Maria Ivete Borges Centenário Pereira da Fonseca, chefe da Divisão Financeira e Patrimonial.

Vogais suplentes: Maria Amélia Correia Xavier Soares, chefe da Divisão de Acção Social e Desenvolvimento Rural e António José da Silva Fernandes, Chefe da Divisão Administrativa.

Concursos referência II e III:

Presidente: João Paulo Soares Carvalho Pereira da Fonseca, vice-presidente, que será substituído nas faltas e impedimentos pelo 1.º vogal efectivo.

Vogais efectivos: António Manuel Almeida Rego da Silva, vereador e Maria Amélia Correia Xavier Soares, chefe da Divisão de Acção Social e Desenvolvimento Rural.

Vogais suplentes: António José da Silva Fernandes, chefe da Divisão Administrativa e Carlos Alberto Lopes Sobral, chefe da Divisão de Obras Municipais e Gestão Urbanística.

20 — Regime de Estágio:

20.1 — O júri de estágio terá a mesma composição do júri do presente concurso.

20.2 — O estágio tem carácter probatório, com duração de um ano e obedecerá às regras constantes do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 265/88 de 28 de Julho.

20.3 — A avaliação e classificação final do estágio compete ao júri do presente concurso, tendo em atenção o relatório de estágio, a classificação de serviço obtida durante esse período e o resultado de eventuais cursos que os estagiários possam vir a frequentar directamente relacionadas com as funções a exercer.

20.4 — A classificação final será expressa numa escala de 0 a 20 valores e resultará da média aritmética simples das classificações obtidas.

20 de Novembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Hernâni Pinto da Fonseca e Almeida*.